

# ‘Credibilidade’, escreveu pefelista ao iniciar sua fala

Foto Davi Zocoli/Arte JB

BRASÍLIA - Antes de iniciar seu depoimento, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) rabiscou uma palavra na folha de papel a sua frente —credibilidade. Esperava ganhar a confiança dos colegas. Mas, em quase seis horas de depoimento, teve dificuldade para explicar as constantes mudanças em sua resposta para a violação do painel eletrônico de votação.

O labirinto de versões começou no início de março, quando ACM se reuniu com os procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Sem que o senador soubesse, Luiz Francisco gravou a conversa. Nela, ACM dizia que a petista Heloísa Helena votara contra a cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Antônio Carlos teria tido acesso à lista com os votos secretos. Isto só seria possível se o painel eletrônico tivesse sido violado.

A situação do senador complicou-se quando os técnicos da Unicamp comprovaram que o painel tinha sido violado. Seguiu-se uma onda de confissões. Regina Borges, ex-diretora do Prodasen, o serviço de processamento de dados do Congresso, reconheceu ter liderado a quebra de sigilo. Disse ter atendido a um pedido de ACM, transmitido pelo senador José Roberto Arruda (DF). Outros técnicos do Prodasen confirmaram a história.

No dia 17 de abril, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), anunciou oficialmente ao plenário que o painel tinha sido violado. ACM usou o microfone para dizer que desconhecia a violação e negou ter recebido

a lista com os votos. Repetiu a postura e as palavras no dia seguinte.

Ontem, ao depor no Conselho de Ética, ACM apelou ao calendário para explicar por que não contou a verdade nos discursos. Alegou que não queria dar brechas para que Estevão tentasse anular a cassação. Só teria se sentido liberado a falar no dia 19, quando o laudo final dos técnicos da Unicamp foi oficialmente divulgado. O laudo garantia que, apesar da quebra do sigilo, não houvera fraude.

Entretanto, mesmo depois desta data, ACM continuou a manter sua negativa. “Nunca ouvi falar em violação de voto. Nunca vi qualquer lista”, disse ele em entrevista no dia 22, três dias depois da divulgação do laudo da Unicamp. O estopim para a nova versão foi dado na última segunda-feira, quando o senador Arruda foi ao plenário, chorou e confessou ter participado da quebra de sigilo.

ACM negou mais de uma vez ter telefonado a Regina Borges para agradecer a lista. Ontem, mudou de tom. “Falei com ela, mas quem pediu a ligação foi Arruda”, disse o senador. “Foram apenas 34 segundos de conversa.” Antonio Carlos disse que não agradeceu. “Disse que ela era uma boa funcionária e que a culpa não era dela”.

A história apresentada ontem no Conselho de Ética nasceu de longas reuniões do senador baiano com seus advogados. ACM reconheceu que recebeu a lista de Arruda, mas jura que nunca pediu nada. Garante ter destruído a relação de votos e nunca ter comentado seu conteúdo.